

Fazenda tenta achar solução global

Dívidas dos Estados seriam cobertas por empréstimos do Tesouro Nacional ou financiamento externo

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O governo quer montar um programa de saneamento fiscal com os 27 governadores para resolver os problemas financeiros mais imediatos dos Estados. A negociação ainda não está concluída, mas prevê que o governo assumirá parte das dívidas estaduais com os bancos, contratada por meio das operações de antecipação de receita orçamentária (AROs). As dívidas dos governadores seriam cobertas por empréstimos do Tesouro Nacional, ou por bancos oficiais que tomariam

dinheiro emprestado no Exterior e repassariam aos Estados.

Em contrapartida, o governo quer o apoio dos governadores à aprovação das propostas de reforma tributária e administrativa que estão em tramitação no Congresso. Além disso, os governadores assumiriam o compromisso de não se endividarem novamente, fariam cortes no funcionalismo e executariam um amplo programa de privatização.

O governo tem se esforçado para promover uma negociação global do problema, mas admite soluções "caso a caso", como o alongamento do prazo das dívidas de Mato

Grosso do Sul e da Paraíba, autorizado na semana passada.

O programa de saneamento que o governo estuda tem como objetivo tirar os Estados do aperto financeiro, criando um período de "travessia" até a aprovação das reformas no Congresso. As linhas gerais do programa foram discutidas ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, que

reconhecem a situação "hemorrágica" das finanças de alguns Estados. "Existem problemas como meses de atraso na folha de pagamento de pessoal", disse Parente.

Malan deixou claro, no entanto, que o programa não prevê a concessão de empréstimos a fundo perdido aos Estados, como reivindicaram nesta semana os governadores de Rondônia, Valdir Raupp, e do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, ambos do PMDB. "O equacionamento passa por um esforço conjunto entre o governo federal e os Estados", disse Malan. "Não há recursos a fundo perdido."

A participação do Tesouro no rescalonamento da dívida de curto prazo dos Estados, segundo ele, só se dará "mediante a contrapartida dos governadores". Mais uma vez, Malan disse que não adianta resolver apenas o problema de endividamento dos Estados. "A raiz do problema não é dívida ou juros, na maioria dos Estados o problema é excesso de gastos", disse.

GOVERNO
EXIGIRÁ APOIO
E AJUSTE
EM TROCA



O ministro Pedro Malan: "Não há recursos a fundo perdido"